

RELATÓRIO ANUAL 2019

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – 2019

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS
SUL CATARINENSE – SICOOB CREDISULCA**



Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício de 2019 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Sul Catarinense – SICOOB Credisulca SC, na forma da legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 23/09/2019 o SICOOB Credisulca completou 30 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2. Avaliação de resultados

No exercício 2019 o SICOOB Credisulca obteve sobras líquidas do exercício antes das destinações estatutárias de R\$ 33.702.503,48, representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 20,90 %.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 478.146.106,91. Por sua vez a carteira de crédito atingiu o montante de R\$ 307.987.874,24 e encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	R\$ 76.894.761,01	24,97%
Carteira Comercial	R\$ 231.093.113,23	75,03%

Os vinte maiores devedores representavam, na data-base de 31/12/2019, o percentual de 22,91 % da carteira, no montante de R\$ 70.505.006,59.

4. Captação

As captações de depósito a prazo no total de R\$ 455.541.092,33 e Letra de Crédito do Agronegócio no montante de R\$ 24.113.726,23, juntando os depósitos à vista totalizando o valor de R\$ 602.605.180,22 apresentaram uma evolução em relação ao exercício anterior de 12,48 % e encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 122.950.361,66	20,40%
Depósitos a Prazo	R\$ 455.541.092,33	75,60%
LCA	R\$ 24.113.726,23	4,00%

Os vinte maiores depositantes representavam, na data-base de 31/12/2019, o percentual de 11,57 % da captação, no montante de R\$ 69.261.716,06.

5. Patrimônio de Referência (PR) e quadro de associados

O Patrimônio de Referência do SICOOB Credisulca SC no montante de R\$ 148.639.474,83. O quadro de associados é composto por 36.967 cooperados, havendo um acréscimo de 5,74 % em relação ao exercício anterior.

6. Política de crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a singular de todas as consultas cadastrais e com análise do associado através do “rating” (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB Credisulca SC adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682, havendo uma concentração de 97,77 % nos níveis de “AA” a “C”.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior das decisões da própria cooperativa.

A gestão da cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da cooperativa no seu dia-a-dia.

A cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pela Sicoob Central SC, e juntamente com o setor de Controladoria da Cooperativa efetua as auditorias internas nos Pas.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos conselhos e da diretoria.

Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, Regimento do Conselho Fiscal, os quais estão em conformidade com a legislação aplicável e as normas do CMN e Bacen.

Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito em Assembleia Geral Ordinária, com mandato até AGO 2020, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Em 2019, os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo Sicoob Central SC, e participaram do evento do 9º Encontro dos Dirigentes do Sicoob SC/RS com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do Sicoob, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

Em 2019, a Ouvidoria do SICOOB Credisulca registrou 44 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa.

Dos 44 acessos, 10 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Turvo/SC, 23 de janeiro de 2020.

**Conselho de Administração da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados
Sul Catarinense- SICOOB Credisulca SC**

Sicoob Credisulca

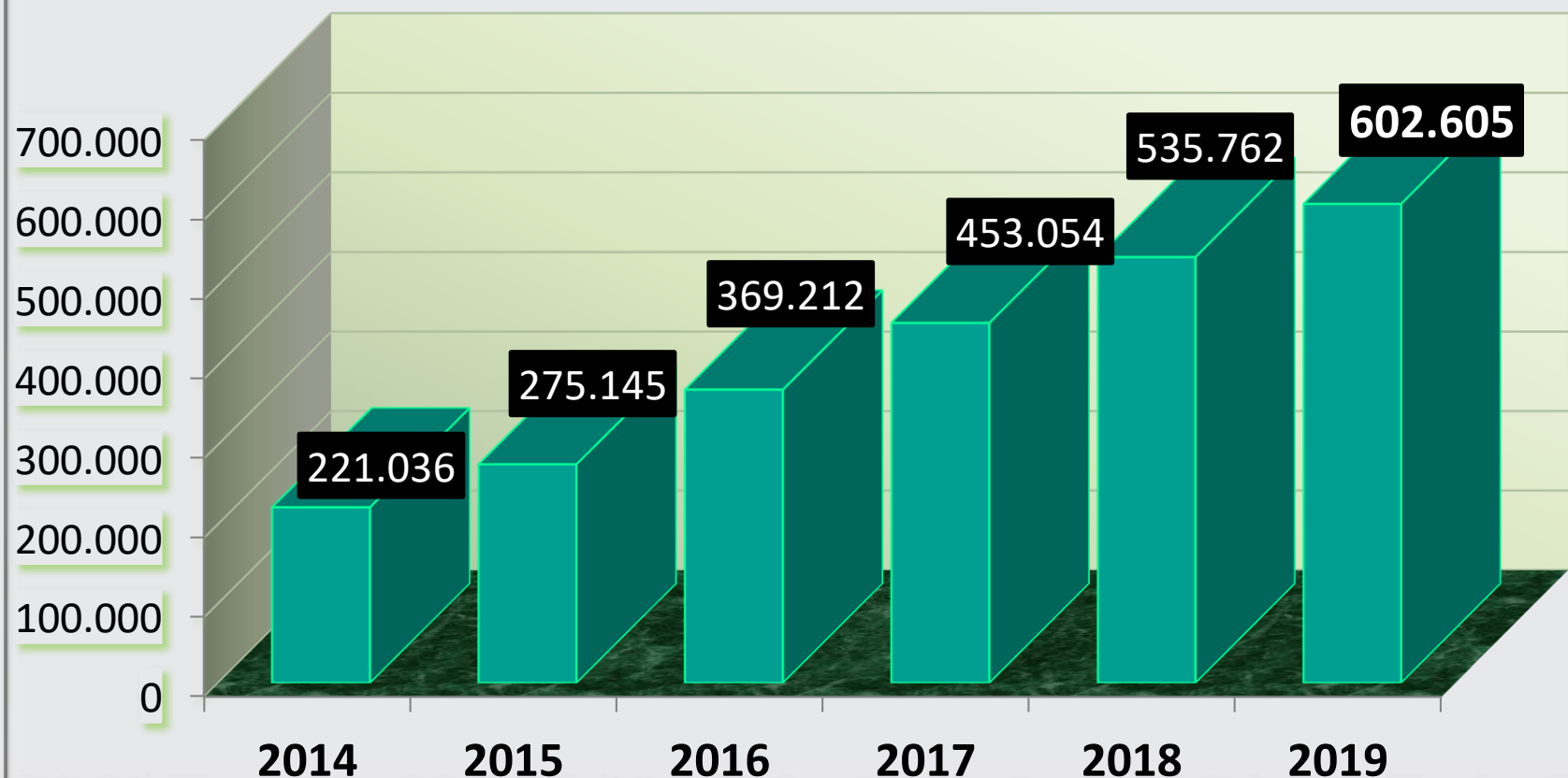
Gráficos

www.sicoob.com.br

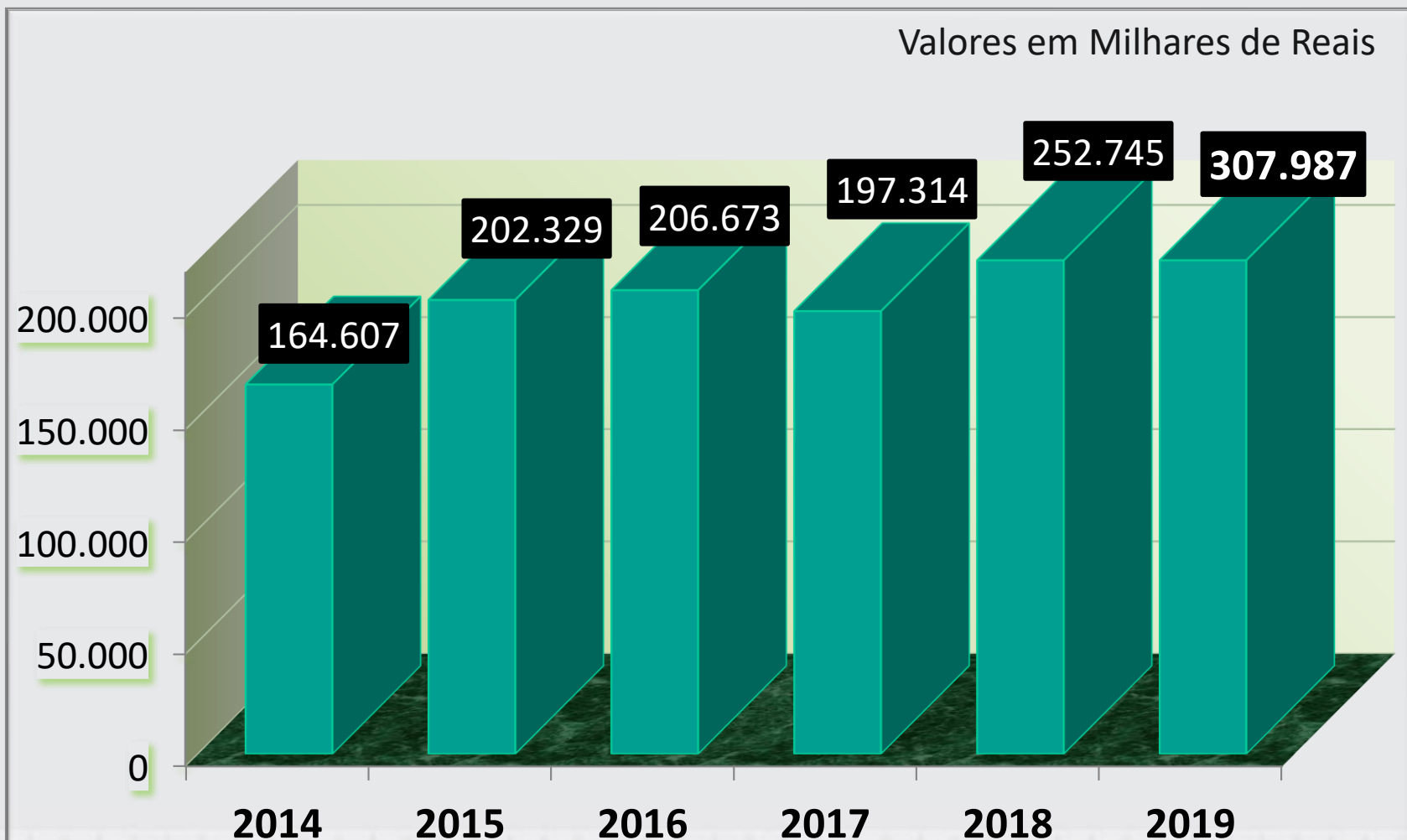


Evolução dos Depósitos

Valores em Milhares de Reais

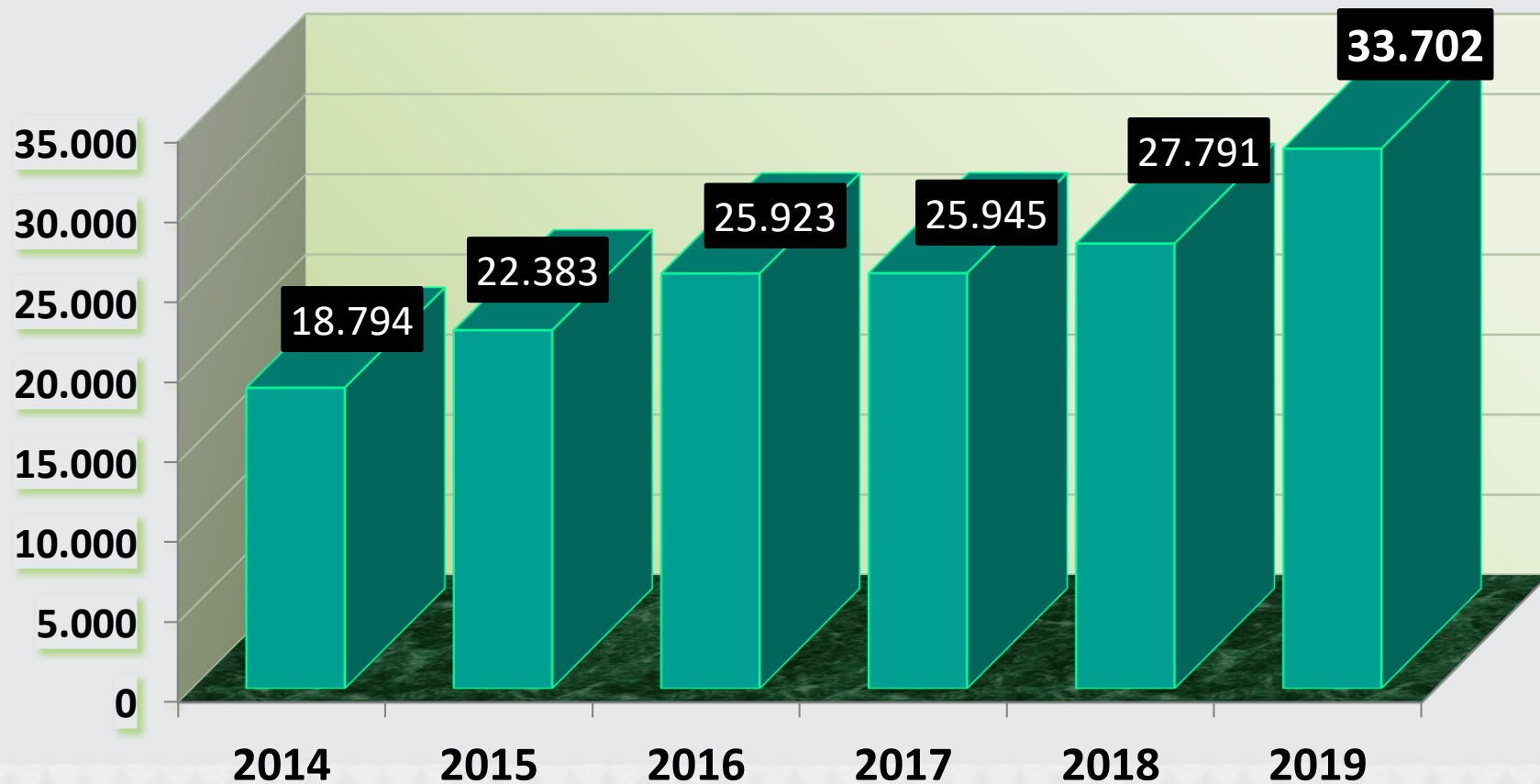


Evolução das Operações de Crédito



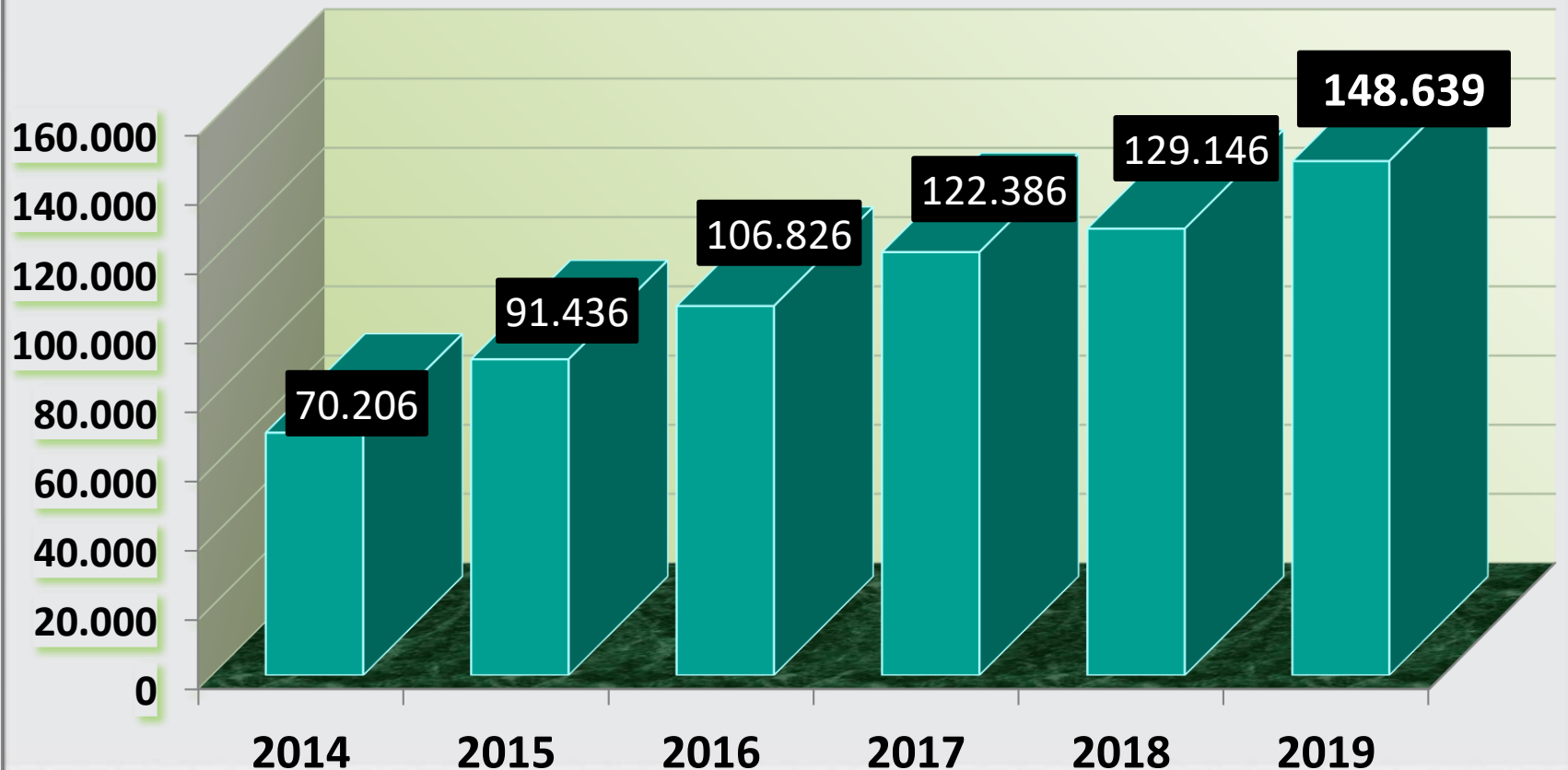
Evolução das Sobras

Valores em Milhares de Reais

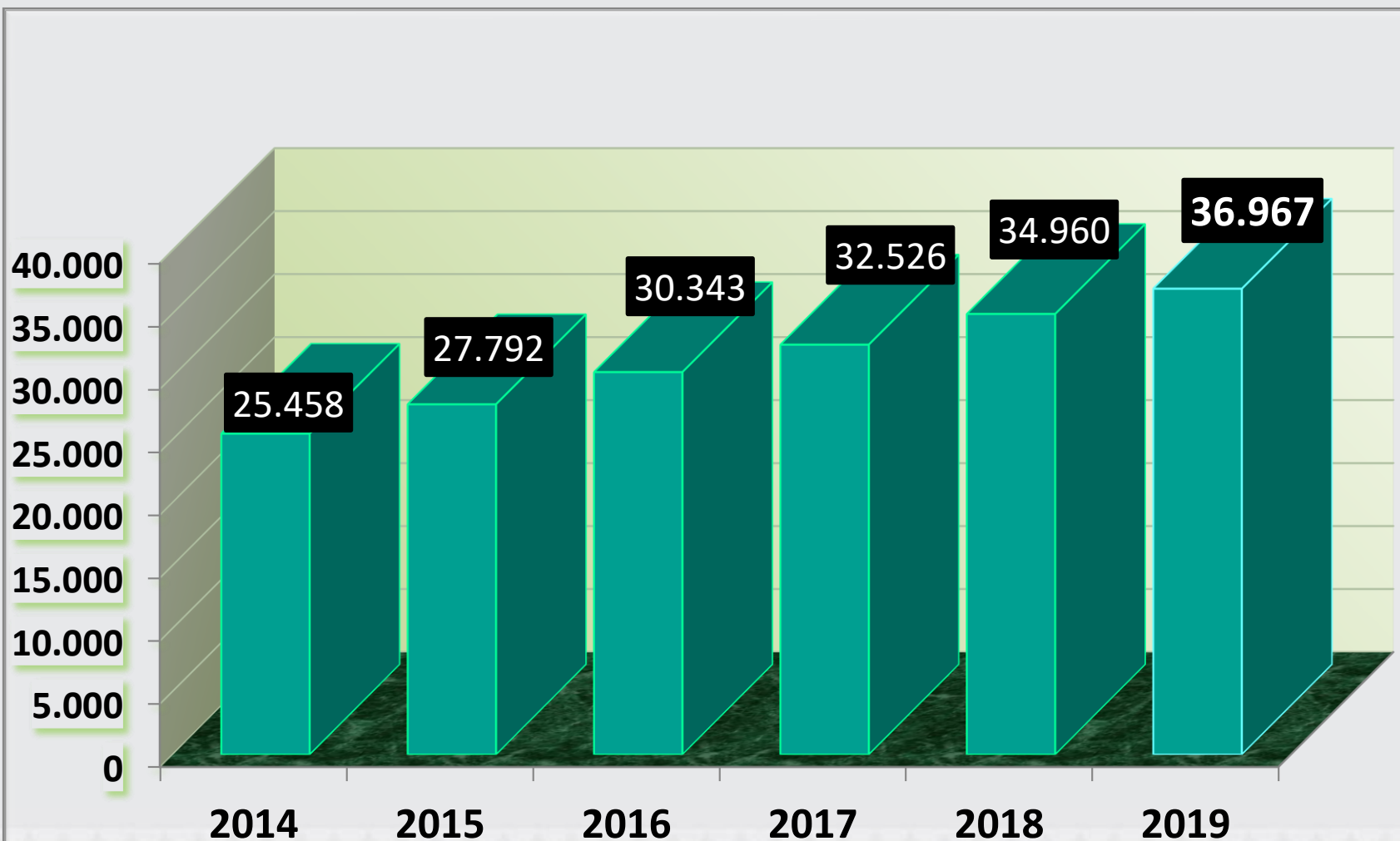


Patrimônio de Referência

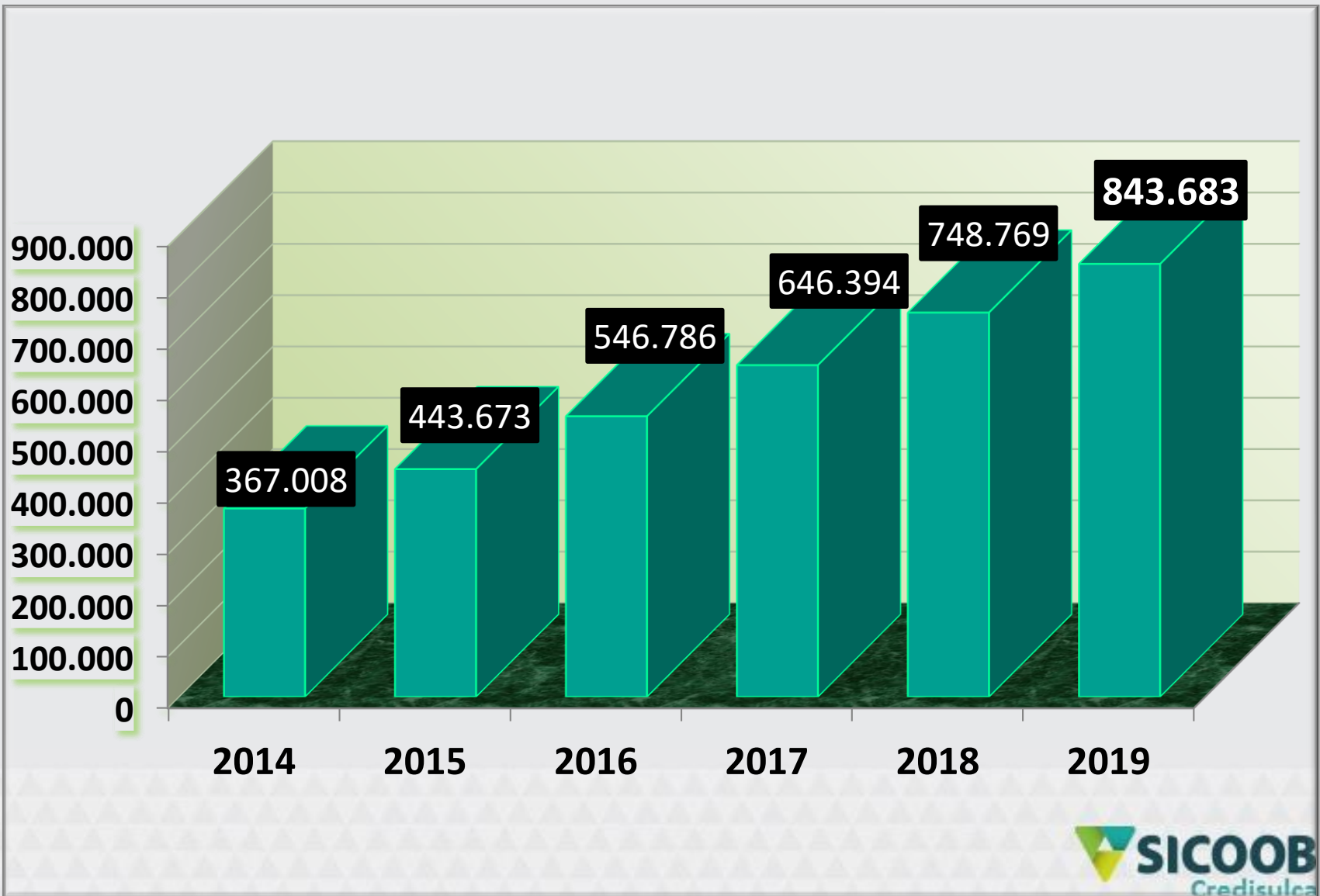
Valores em Milhares de Reais



Evolução Quadro Social



Evolução dos Ativos





www.sicoob.com.br

Balço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro

			<u>Em Reais</u>	
Ativo				
Descrição	Nota	2019	2018	
Circulante		678.507.771,13	630.073.614,84	
Disponibilidades		9.272.459,32	9.237.456,04	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	13.668.614,87	9.682.097,68	
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		13.668.614,87	9.682.097,68	
Títulos e Valores Mobiliários	6	851.673,54	2.735.622,99	
Carteira Própria		851.673,54	2.735.622,99	
Relações Interfinanceiras	7	478.146.106,91	443.259.223,87	
Centralização Financeira		478.146.106,91	443.259.223,87	
Operações de Crédito	8	166.090.052,34	156.523.986,54	
Operações de Crédito		169.195.403,41	160.337.702,07	
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(3.105.351,07)	(3.813.715,53)	
Outros Créditos	9	4.430.267,77	2.483.496,62	
Rendas a Receber		3.085.341,08	2.307.736,94	
Diversos		1.892.795,51	731.437,10	
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(547.868,82)	(555.677,42)	
Outros Valores e Bens	10	6.048.596,38	6.151.731,10	
Outros Valores e Bens		6.015.258,02	6.140.707,10	
Despesas Antecipadas		33.338,36	11.024,00	
Não Circulante		165.175.808,13	118.695.545,72	
Realizável a Longo Prazo		139.500.571,59	93.827.631,36	
Títulos e Valores Mobiliários	6	1.767.988,49	1.603.696,32	
Carteira Própria		1.767.988,49	1.603.696,32	
Operações de Crédito	8	136.577.524,46	91.004.125,67	
Operações de Crédito		138.792.470,83	92.407.853,39	
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(2.214.946,37)	(1.403.727,72)	
Outros Créditos	9	1.155.058,64	1.219.809,37	
Diversos		1.155.058,64	1.219.809,37	
Investimentos	11	17.505.552,92	17.406.268,03	
Ações e Cotas		17.505.552,92	17.406.268,03	
Imobilizado	12	7.978.692,54	7.296.728,02	
Imóveis de Uso		2.945.239,66	2.945.239,66	
Outras Imobilizações de Uso		12.137.901,40	10.391.472,23	
(-) Depreciações Acumuladas		(7.104.448,52)	(6.039.983,87)	
Intangível		190.991,08	164.918,31	
Softwares		471.509,21	373.144,08	
(-) Amortizações Acumuladas		(280.518,13)	(208.225,77)	
Total do Ativo		843.683.579,26	748.769.160,56	

Balanço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro

			<u>Em Reais</u>	
Passivo				
Descrição	Nota	2019	2018	
Circulante		667.880.461,03	595.600.805,31	
Depósitos	13	578.491.453,99	530.954.306,50	
Depósitos à Vista		122.950.361,66	103.056.972,12	
Depósitos a Prazo		455.541.092,33	427.897.334,38	
Recursos de Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias, Hipotecárias e Debêntures	14	22.196.629,98	4.653.742,78	
Obrigação por Emissão de Letras de Crédito Agronegócio		22.196.629,98	4.653.742,78	
Relações Interfinanceiras	15	42.478.526,84	36.891.465,99	
Repasse Interfinanceiros		42.478.125,42	36.891.094,74	
Relações com Correspondentes		401,42	371,25	
Relações Interdependências	16	132.704,14	113.704,83	
Recursos em Trânsito de Terceiros		132.704,14	113.704,83	
Obrigações por Empréstimos	15	2.073.249,99	2.778.696,10	
Empréstimos no País		2.073.249,99	2.778.696,10	
Outras Obrigações	17	22.507.896,09	20.208.889,11	
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		123.920,09	90.853,67	
Sociais e Estatutárias	17.1	14.700.704,14	11.398.636,24	
Fiscais e Previdenciárias	17.2	814.529,86	852.977,67	
Diversas	17.3	6.868.742,00	7.866.421,53	
Não Circulante		14.553.399,24	13.834.251,24	
Recursos de Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias, Hipotecárias e Debêntures	14	1.917.096,25	153.958,09	
Obrigação por Emissão de Letras de Crédito Agronegócio		1.917.096,25	153.958,09	
Relações Interfinanceiras	15	12.371.718,18	13.323.911,61	
Repasse Interfinanceiros		12.371.718,18	13.323.911,61	
Outras Obrigações		264.584,81	356.381,54	
Diversas	17.3	264.584,81	356.381,54	
Patrimônio Líquido		161.249.718,99	139.334.104,01	
Capital Social	19.1	65.771.259,17	60.903.819,35	
Reserva de Sobras	19.2	80.790.865,24	66.382.718,14	
Sobras ou Perdas Acumuladas	19.3	14.687.594,58	12.047.566,52	
Sobras do Período		14.687.594,58	12.047.566,52	
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		843.683.579,26	748.769.160,56	

Romanim Dagostin
Presidente

Nelson Gabriel
Diretor Administrativo

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

Demonstração das Sobras ou Perdas
 Exercícios findos em 31 de dezembro

				Em Reais
Descrição	Nota	2º Semestre 2019	2019	2018
Ingressos da Intermediação Financeira	20	22.625.034,80	44.000.933,18	41.960.888,59
Resultado com operações de crédito		22.183.027,86	43.114.092,47	37.768.172,22
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários		442.006,94	886.840,71	4.192.716,37
Dispêndios da Intermediação Financeira	20.1	(14.144.605,76)	(28.890.515,70)	(28.415.227,43)
Operações de captação no mercado		(11.728.565,14)	(24.024.655,83)	(22.409.949,57)
Operações de empréstimos e repasses		(909.208,56)	(1.792.718,02)	(2.177.923,61)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(1.506.832,06)	(3.073.141,85)	(3.827.354,25)
Resultado bruto da intermediação financeira		8.480.429,04	15.110.417,48	13.545.661,16
Outras receitas (despesas) operacionais		8.320.096,98	17.179.076,98	12.841.994,33
Receitas de prestação de serviços	21	12.343.679,93	23.308.649,75	19.082.889,18
Despesas de pessoal	22	(8.938.174,69)	(17.343.628,40)	(15.486.219,94)
Outras despesas administrativas	23	(10.650.791,88)	(20.589.127,79)	(16.344.109,94)
Despesas Tributárias	24	(300.272,05)	(661.208,94)	(521.073,73)
Outras Receitas Operacionais	25	17.036.343,73	34.691.827,75	28.032.123,22
Outras Despesas Operacionais	26	(1.170.688,06)	(2.227.435,39)	(1.921.614,46)
Resultado operacional		16.800.526,02	32.289.494,46	26.387.655,49
Resultado não operacional	27	(8.835,73)	347.557,76	10.496,46
Resultado antes da tributação		16.791.690,29	32.637.052,22	26.398.151,95
Imposto de renda e contribuição social		(694.567,95)	(1.419.762,27)	(682.258,95)
Imposto de Renda		(425.568,29)	(870.135,91)	(393.064,34)
Contribuição Social		(268.999,66)	(549.626,36)	(289.194,61)
Sobras Líquidas		16.097.122,34	31.217.289,95	25.715.893,00

Romanim Dagostin
Presidente

Nelson Gabriel
Diretor Administrativo

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em Reais

Eventos	Capital Realizado	Reservas de Sobras				Totais	
		Legal	Fundo de Estabilidade	Expansão	Sobras do Período	Período Atual	Período Anterior
Saldos em 31 de dezembro de 2017	55.085.582,06	40.540.393,47	472.845,25	13.411.995,74	12.975.251,59	122.486.068,11	106.933.345,73
Mutações do Período 2018	5.818.237,29	7.228.539,91	2.141.789,60	2.587.154,17	(927.685,07)	16.848.035,90	15.552.722,38
Destinações do Período Anterior:	-	-	-	-	-	-	-
Assembleia Geral Ordinária - AGO / Conta corrente	-	-	-	-	(6.487.804,62)	(6.487.804,62)	(6.633.479,71)
Assembleia Geral Ordinária - AGO / Conta Capital	6.487.446,97	-	-	-	(6.487.446,97)	-	-
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-	-	-
Subscrição/Realização	2.538.846,94	-	-	-	-	2.538.846,94	2.633.830,34
Devolução (-)	(3.208.056,62)	-	-	-	-	(3.208.056,62)	(2.431.924,36)
Sobras Líquidas do Período	-	-	-	-	25.715.893,00	25.715.893,00	23.397.292,43
Utilização de Reservas	-	-	-	(90.082,83)	90.082,83	-	-
Utilização do FATES	-	-	-	-	1.985.280,10	1.985.280,10	1.783.176,30
Destinação das Sobras aos Fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-	-	-
Ao FATES	-	-	-	-	(3.696.122,90)	(3.696.122,90)	(3.196.172,62)
Constituições de Reservas	-	7.228.539,91	2.141.789,60	2.677.237,00	(12.047.566,51)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	60.903.819,35	47.768.933,38	2.614.634,85	15.999.149,91	12.047.566,52	139.334.104,01	122.486.068,11
Mutações do Período 2019	4.867.439,82	8.802.903,43	2.592.178,81	3.013.064,86	2.640.028,06	21.915.614,98	16.848.035,90
Destinações do Período Anterior:	-	-	-	-	-	-	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	(3.187,64)	(3.187,64)	-
Assembleia Geral Ordinária - AGO / Conta Corrente	-	-	-	-	(6.022.303,90)	(6.022.303,90)	(6.487.804,62)
Assembleia Geral Ordinária - AGO / Conta Capital	6.022.074,98	-	-	-	(6.022.074,98)	-	-
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-	-	-
Subscrição/Realização	1.919.182,86	-	-	-	-	1.919.182,86	2.538.846,94
Devolução (-)	(3.073.818,02)	-	-	-	-	(3.073.818,02)	(3.208.056,62)
Sobras Líquidas do Período	-	-	-	-	31.217.289,95	31.217.289,95	25.715.893,00
Utilização de Reservas	-	-	(16.088,87)	(247.269,74)	263.358,61	-	-
Utilização do FATES	-	-	-	-	2.237.943,79	2.237.943,79	1.985.280,10
Destinação das Sobras aos Fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-	-	-
Ao FATES	-	-	-	-	(4.359.492,06)	(4.359.492,06)	(3.696.122,90)
Constituições de Reservas	-	8.802.903,43	2.608.267,68	3.260.334,60	(14.671.505,71)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	65.771.259,17	56.571.836,81	5.206.813,66	19.012.214,77	14.687.594,58	161.249.718,99	139.334.104,01

Romanim Dagostin
Presidente

Nelson Gabriel
Diretor Administrativo

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

Demonstração do Fluxo de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro

	Em Reais		
Descrição	2º SEMESTRE 2019	2019	2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
AJUSTES POR:			
Sobras/Perdas do Exercício	16.791.690,29	32.637.052,22	26.398.151,95
Imposto de renda e contribuição social	(694.567,95)	(1.419.762,27)	(682.258,95)
Provisão para Operações de Crédito	303.283,93	102.854,19	(2.146.296,00)
Depreciações e Amortizações	594.953,97	1.136.757,01	1.009.865,99
	16.995.360,24	32.456.901,15	24.579.462,99
AUMENTO (REDUÇÃO) EM ATIVOS OPERACIONAIS	(58.773.164,79)	(68.970.162,07)	(45.236.246,92)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(13.668.614,87)	(13.668.614,87)	-
Títulos e Valores Mobiliários	447.295,07	1.719.657,28	10.539.154,69
Operações de Crédito	(45.457.887,15)	(55.242.318,78)	(55.431.029,84)
Outros Créditos	(313.225,28)	(1.882.020,42)	(333.616,13)
Outros Valores e Bens	219.267,44	103.134,72	(10.755,64)
AUMENTO (REDUÇÃO) EM PASSIVOS OPERACIONAIS	57.817.605,95	72.998.803,72	85.526.854,71
Depósitos	9.865.339,60	19.893.389,54	28.026.537,43
Depósitos a Prazo	8.619.388,22	27.643.757,95	49.873.153,64
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	11.528.865,36	19.306.025,36	4.807.700,87
Outras Obrigações	2.415.372,69	2.207.210,25	4.040.729,73
Relações Interdependências	41.249,60	18.999,31	(4.272,17)
Relações Interfinanceiras	25.209.931,17	4.634.867,42	24.593.559,61
Obrigações por Empréstimos no País	137.459,31	(705.446,11)	(25.810.554,40)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	16.039.801,40	36.485.542,80	64.870.070,78
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Investimento	-	(99.284,89)	(438.504,30)
Imobilizações de Uso	(878.664,05)	(1.844.794,30)	(902.019,19)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	(878.664,05)	(1.944.079,19)	(1.340.523,49)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	(3.187,64)	-
Destinação de Sobras Exercício Anterior em Conta Corrente	-	(6.022.303,90)	(6.487.804,62)
Aumento por novos aportes de Capital	893.735,84	1.919.182,86	2.538.846,94
Devolução de Capital à Cooperados	(602.011,89)	(3.073.818,02)	(3.208.056,62)
Destinação de Sobras Exercício Ao FATES	(4.359.492,06)	(4.359.492,06)	(3.696.122,90)
Utilização do FATES	2.237.943,79	2.237.943,79	1.985.280,10
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS	(1.829.824,32)	(9.301.674,97)	(8.867.857,10)
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	13.331.313,03	25.239.788,64	54.661.690,19
Modificações em Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	474.087.253,20	462.178.777,59	407.517.087,40
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	487.418.566,23	487.418.566,23	462.178.777,59
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	13.331.313,03	25.239.788,64	54.661.690,19

Romanim Dagostin
Presidente

Nelson Gabriel
Diretor Administrativo

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2019 E 2018

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS SUL CATARINENSE - SICOOB CREDISULCA SC**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **01/03/1986**, filiada à **CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL – SICOOB CENTRAL SC/RS** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB CREDISULCA SC** possui **22** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **TURVO – SC, SÃO JOÃO DO SUL - SC, TIMBÉ DO SUL - SC, MELEIRO - SC, NOVA VENEZA - SC, ARARANGUÁ - SC, PASSO DE TORRES - SC, FORQUILHINHA - SC, MORRO GRANDE - SC, BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA - SC, URUSSANGA - SC, CRICIÚMA - SC, SIDERÓPOLIS - SC, COCAL DO SUL - SC, CAPIVARI DE BAIXO - SC, OSÓRIO - RS, TORRES - RS, LAURO MÜLLER - SC, SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA - RS.**

O **SICOOB CREDISULCA SC** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 27/01/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicação em Títulos e Valores Mobiliários

As aplicações financeiras a serem mantidas até o seu vencimento são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

f) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

g) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

h) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

i) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2019** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2019**.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Disponibilidades	9.272.459,32	9.237.456,04
Aplicações Interfinanceiras até 90 dias	-	9.682.097,68
Relações Interfinanceiras	478.146.106,91	443.259.223,87
Saldo	487.418.566,23	462.178.777,59

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	13.668.614,87	9.682.097,68
TOTAL	13.668.614,87	9.682.097,68

Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no BANCOOB com remuneração entre 101% e 102% do CDI.

6. Títulos e valores mobiliários

As aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Títulos de Renda Fixa	851.673,54	1.767.988,49	2.735.622,99	1.603.696,32
TOTAL	851.673,54	1.767.988,49	2.735.622,99	1.603.696,32

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no **SICOOB CENTRAL SC/RS**, com remuneração de, aproximadamente, entre 100% e 104% do CDI.

7. Relações interfinanceiras

As aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Centralização Financeira – Cooperativas	478.146.106,91	443.259.223,87
TOTAL	478.146.106,91	443.259.223,87

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

8. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	85.474.012,35	72.971.964,29	158.445.976,64	131.399.572,46
Financiamentos	24.593.908,18	48.053.228,41	72.647.136,59	42.502.025,61
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	59.127.482,88	17.767.278,13	76.894.761,01	78.843.957,39
Total de Operações de Crédito	169.195.403,41	138.792.470,83	307.987.874,24	252.745.555,46
(-) Provisões para Operações de Crédito	(3.105.351,07)	(2.214.946,37)	(5.320.297,44)	(5.217.443,25)
TOTAL	166.090.052,34	136.577.524,46	302.667.576,80	247.528.112,21

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
AA	-	Normal	9.310.688,83	3.614,44	3.295.965,83	5.940.627,40	18.550.896,50	-	14.211.818,45	-
A	0,50%	Normal	71.310.317,40	1.441.119,85	36.102.873,48	58.967.976,07	167.822.286,80	(839.111,44)	142.026.823,69	(710.134,11)
B	1%	Normal	53.159.411,44	1.028.701,31	23.950.077,13	10.211.865,45	88.350.055,33	(883.500,55)	83.515.740,58	(835.157,41)
B	1%	Vencidas	117.643,99	38.940,32	96.489,61	-	253.073,92	(2.530,74)	289.768,39	(2.897,68)
C	3%	Normal	15.387.632,25	856.150,01	8.359.731,84	1.019.264,67	25.622.778,77	(768.683,36)	5.808.047,50	(174.241,43)
C	3%	Vencidas	457.094,29	10.644,42	73.390,86	-	541.129,57	(16.233,89)	1.010.309,71	(30.309,29)
D	10%	Normal	1.683.379,25	146.067,90	381.916,51	511.181,98	2.722.545,64	(272.254,56)	1.641.495,48	(164.149,55)
D	10%	Vencidas	305.254,91	45.799,85	54.164,48	15.343,55	420.562,79	(42.056,28)	265.083,53	(26.508,35)
E	30%	Normal	76.778,18	55.249,39	53.954,97	58.734,36	244.716,90	(73.415,07)	602.729,38	(180.818,81)
E	30%	Vencidas	767.286,00	23.404,55	8.350,47	98.725,95	897.766,97	(269.330,09)	155.595,64	(46.678,69)
F	50%	Normal	173.859,18	34.624,63	61.928,38	37.437,06	307.849,25	(153.924,63)	110.905,20	(55.452,60)
F	50%	Vencidas	297.312,25	41.410,75	11.812,58	-	350.535,58	(175.267,79)	32.259,45	(16.129,73)
G	70%	Normal	117.675,65	3.997,87	-	-	121.673,52	(85.171,46)	48.681,78	(34.077,25)
G	70%	Vencidas	115.280,97	28.674,50	-	-	143.955,47	(100.768,83)	284.701,27	(199.290,89)
H	100%	Normal	302.735,81	66.381,20	19.373,53	-	388.490,54	(388.492,06)	1.054.298,57	(1.054.300,62)
H	100%	Vencidas	945.122,35	93.722,90	177.106,92	33.604,52	1.249.556,69	(1.249.556,69)	1.687.296,84	(1.687.296,84)
Total Normal			151.522.477,99	3.635.906,60	72.225.821,67	76.747.086,99	304.131.293,25	(3.464.553,13)	249.020.540,63	(3.208.331,78)
Total Vencidos			3.004.994,76	282.597,29	421.314,92	147.674,02	3.856.580,99	(1.855.744,31)	3.725.014,83	(2.009.111,47)
Total Geral			154.527.472,75	3.918.503,89	72.647.136,59	76.894.761,01	307.987.874,24	(5.320.297,44)	252.745.555,46	(5.217.443,25)
Provisões			(3.463.261,07)	(307.661,53)	(969.624,66)	(579.750,18)	(5.320.297,44)		(5.217.443,25)	-
Total Líquido			151.064.211,68	3.610.842,36	71.677.511,93	76.315.010,83	302.667.576,80		247.528.112,21	-

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	42.561.312,71	42.912.699,64	72.971.964,29	158.445.976,64
Financiamentos	6.815.174,45	17.778.733,73	48.053.228,41	72.647.136,59
Financiamento s Rurais e Agroindustriais	3.433.871,26	55.693.611,62	17.767.278,13	76.894.761,01
TOTAL	52.810.358,42	116.385.044,99	138.792.470,83	307.987.874,24

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2019	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	49.482.655,43	9.869.042,38	-	59.351.697,81	19%
Setor Privado - Indústria	15.478.838,01	2.628.370,99	16.058.962,17	34.166.171,17	11%
Setor Privado - Serviços	79.997.699,02	37.722.033,18	2.188.928,29	119.908.660,49	39%
Pessoa Física	11.056.480,14	21.247.341,06	57.582.646,47	89.886.467,67	29%
Outros	2.430.304,04	1.180.348,98	1.064.224,08	4.674.877,10	2%
TOTAL	158.445.976,64	72.647.136,59	76.894.761,01	307.987.874,24	100%

e) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	10.271.221,99	3,33%	12.384.871,91	4,90%
10 Maiores Devedores	50.751.473,17	16,48%	54.271.251,61	21,47%
50 Maiores Devedores	97.712.351,35	31,73%	95.135.903,44	37,64%

f) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	23.167.456,54	19.185.185,41
Valor das operações transferidas no período	2.182.660,77	5.226.598,49
Valor das operações recuperadas no período	(1.644.998,73)	(1.244.327,36)
TOTAL	23.705.118,58	23.167.456,54

9. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Rendas a Receber				
Serviços prestados a receber	93.564,13	-	-	-
Outras rendas a receber	70.685,44	-	-	-
Rendimentos Centralização Financeira - Central (a)	2.921.091,51	-	2.307.736,94	-
Diversos				
Adiantamentos e antecipações salariais	117.624,66	-	-	-
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	5.000,00	-	-	-
Adiantamentos por conta de imobilizações	1.364,00	-	469,00	-
Devedores por depósitos em garantia (b)	300.369,50	1.155.058,64	-	1.219.809,37
Impostos e contribuições a compensar	27.226,83	-	68.518,02	-
Títulos e créditos a receber	527.548,04	-	541.598,62	-
Devedores diversos – país (c)	913.662,48	-	120.851,46	-
(-) Provisões para outros créditos				
(-) Sem características de concessão de crédito (d)	(547.868,82)	-	(555.677,42)	-
TOTAL	4.430.267,77	1.155.058,64	2.483.496,62	1.219.809,37

(a) Refere-se, substancialmente, a valores a receber referente a administração financeira a receber do **SICOOB CENTRAL SC/RS** referente ao mês de dezembro/2019.

(b) Refere-se, substancialmente, a depósitos judiciais para ação PIS e COFINS, questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de Atos Cooperativos.

(c) Refere-se, substancialmente, a numerários em trânsito regularizada em janeiro de 2020.

(d) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

10. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Bens Não de Uso Próprio (a)	6.049.173,02	6.202.688,86
Material em Estoque	4.725,00	1.981,00
Despesas Antecipadas (b)	33.338,36	11.024,00
(Provisões para Desvalorizações)	(38.640,00)	(63.962,76)
TOTAL	6.048.596,38	6.151.731,10

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção. São constituídas provisões com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros e processamento de dados.

11. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS** e ações do **BANCOOB**.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Participações em Cooperativa Central de Crédito	16.758.540,75	16.758.540,75
Participações Inst Financ Controlada Coop Crédito	747.012,17	647.727,28
TOTAL	17.505.552,92	17.406.268,03

12. Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2019	31/12/2018
Terrenos		513.776,50	513.776,50
Edificações	4%	2.431.463,16	2.431.463,16
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(864.459,28)	(767.200,72)
Instalações	10%	2.300.130,84	2.085.088,15
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(567.372,98)	(349.105,41)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	3.451.018,35	3.157.099,67
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(1.782.523,70)	(1.505.116,83)
Sistema de Comunicação	20%	164.041,65	15.669,90
Sistema de Processamento de Dados	20%	4.133.177,16	3.298.732,03
Sistema de Segurança	10%	1.203.497,61	1.101.862,51
Sistema de Transporte	20%	886.035,79	733.019,97
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(3.890.092,56)	(3.418.560,91)
TOTAL		7.978.692,54	7.296.728,02

13. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos preestabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “*Pro rata temporis*”; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Depósito à Vista	122.950.361,66	103.056.972,12
Depósito a Prazo	455.541.092,33	427.897.334,38
TOTAL	578.491.453,99	530.954.306,50

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme Resolução CMN nº 4.284/2013. As instituições associadas são todas as Cooperativas Singulares de Crédito e os Bancos Cooperativos.

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Depositante	8.898.009,73	1,48%	8.969.883,61	1,67%
10 Maiores Depositantes	48.409.601,62	8,03%	48.006.125,34	8,96%
50 Maiores Depositantes	102.650.283,93	17,03%	99.445.147,55	18,56%

O total da Carteira está representado pelos Depósitos e Letras de Crédito do Agronegócio – LCA.

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2019	2018
Despesas de Depósitos a Prazo	(22.529.822,91)	(21.603.574,10)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(857.093,53)	(740.882,58)
TOTAL	(23.386.916,44)	(22.344.456,68)

14. Recursos de aceites Cambiais, Letras Imobiliárias, Hipotecárias e Debêntures

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04). São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio	24.113.726,23	4.807.700,87
TOTAL	24.113.726,23	4.807.700,87

a) Despesas com operações de a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA:

Descrição	2019	2018
Despesa Letras de Crédito do Agronegócio	(637.739,39)	(65.492,89)
TOTAL	(637.739,39)	(65.492,89)

15. Relações interfinanceiras e Obrigações por empréstimos

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos do Bancoob	41.721.531,94	11.771.039,90	15.506.117,91	11.351.597,29
Cooperativa Central	2.829.843,47	600.678,28	24.163.672,93	1.972.314,32
Relações com Correspondentes	401,42	-	371,25	-
TOTAL	44.551.776,83	12.371.718,18	39.670.162,09	13.323.911,61

16. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	132.704,14	113.704,83
TOTAL	132.704,14	113.704,83

Trata-se de recursos referentes a convênios com concessionários de serviços públicos, conforme contrato de prestação de serviços.

17. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	123.920,09	-	90.853,67	-
Sociais e Estatutárias	14.700.704,14	-	11.398.636,24	-
Fiscais e Previdenciárias	814.529,86	-	852.977,67	-
Diversas	6.868.742,00	264.584,81	7.866.421,53	356.381,54
TOTAL	22.507.896,09	264.584,81	20.208.889,11	356.381,54

17.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Resultado de Atos com Associados (a)	8.704.708,10	7.629.659,79
Resultado de Atos com Não Associados	3.827.210,40	2.728.052,94
Gratificações e Participações a Pagar (b)	1.369.843,40	522.044,16
Cotas de Capital a Pagar (c)	798.942,24	518.879,35
TOTAL	14.700.704,14	11.398.636,24

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

b) A provisão do Prêmio de Produtividade Coletivo, aprovado pelo Conselho de Administração, tem os critérios de reconhecimento e de pagamento estabelecidos conforme regulamento interno. Em 2019 a cooperativa alterou o Cálculo e Data Para Pagamento da média dos resultados do exercício para o resultado real, e pagamento no mês de janeiro do ano subsequente.

(c) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

17.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Impostos E Contribuições Sobre Lucros A Pagar	129.768,16	58.776,70
Provisão Para Impostos E Contribuições/Lucros	-	53.119,76
Impostos E Contribuições S/ Serviços De Terceiros	45.166,82	55.484,80
Impostos E Contribuições Sobre Salários	479.004,13	566.304,80
Outros	160.590,75	119.291,61
TOTAL	814.529,86	852.977,67

17.3 Diversas

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cheques Administrativos	148.500,00	-	127.468,58	-
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	8.030,30	-	35.949,80	-
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros	1.709.983,82	-	1.403.710,09	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	2.579.246,04	-	2.600.475,25	-
Provisão para Passivos Contingentes (b)	1.681.649,51	-	1.810.816,75	-
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (c)	229.643,08	264.584,81	145.300,43	356.381,54
Credores Diversos - País	511.689,25	-	1.742.700,63	-
TOTAL	6.868.742,00	264.584,81	7.866.421,53	356.381,54

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas de pessoal, outras despesas administrativas e outros pagamentos

(b) É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais, trabalhistas e cíveis em que a Cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98	1.155.058,64	1.155.058,64	1.130.816,75	1.130.816,75
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	300.080,52	297.369,50	450.000,00	85.992,62
Cíveis	226.510,35	-	230.000,00	-
Outros	-	3.000,00	-	3.000,00
TOTAL	1.681.649,51	1.455.428,14	1.810.816,75	1.219.809,37

PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a Cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes aos exercícios de 2000 a 2004 para o COFINS e de 2002 a 2004 para o PIS, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de provisão das causas judiciais obedecem a Resolução CMN nº 3.823/2009, portanto, quando exista na data do balanço uma obrigação de

“Provável Perda”, a Cooperativa reconhece a provisão e quando não for de “Provável Perda”, a instituição divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB - CREDISULCA existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, classificados com risco de perda possível, totalizando R\$18.000,00 (dezoito mil). Essas ações abrangem, basicamente, ações cíveis

(c) Refere-se à contabilização, a partir de 31/03/2015 da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **31 de dezembro de 2019**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 61.700.855,69 (R\$ 57.049.574,80 em **31/12/2018**), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

18. Instrumentos financeiros

O **SICOOB CREDISULCA SC** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

19. Patrimônio líquido

19.1) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	65.771.259,17	60.903.819,35
Associados	36.967	34.960

19.2) Reserva de Sobras

19.2.1) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, quando do encerramento do exercício social, no percentual de 27%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	47.768.933,38	40.540.393,47
Destinação	8.802.903,43	7.228.539,91
TOTAL	56.571.836,81	47.768.933,38

19.2.2) Fundo de Estabilidade Financeira – F.E.F.

Representada pelas destinações das sobras, no percentual de 8%, visa dar lastro a eventuais deficiências financeiras da Cooperativa, sendo que sua formação, aplicação e liquidação estão prevista em regulamento próprio.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	2.614.634,85	472.845,25
(-) Utilização	(16.088,87)	-
Destinação	2.608.267,68	2.141.789,60
TOTAL	5.206.813,66	2.614.634,85

19.2.3) Reserva Fundo de Expansão

Constituído de acordo com o previsto em Estatuto no percentual de 10%, o fundo de reserva de expansão, tem como objetivo amparar planos de investimentos em estrutura física e tecnológica, sendo que sua formação, aplicação e liquidação estão prevista em regulamento próprio.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	15.999.149,91	13.411.995,74
(-) Utilização	(247.269,74)	2.677.237,00
(+) Devolução	-	(90.082,83)
Destinação	3.260.334,60	-
TOTAL	19.012.214,77	15.999.149,91

19.3) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

19.3.1) Sobras a Disposição da Assembleia Geral Ordinária

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 01/03/2019 os cooperados deliberaram a distribuição da sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2018**, no valor de R\$12.047.566,52 (doze milhões, quarenta e sete mil, quinhentos e sessenta e seis reais e cinquenta e dois centavos), 50% mediante a capitalização de novas quotas-parte de capital e 50% mediante a distribuição em conta corrente.

Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
01. Resultado depois Trib. s/ Lucro	31.217.289,95	25.715.893,00
02. Remuneração sobre o Capital Próprio	-	-
03. Sobras Líquidas do Período (1-2)	31.217.289,95	25.715.893,00
04. Utilização de Reservas	2.485.213,53	2.075.362,93
(+) FATES	2.237.943,79	1.985.280,10
(+) Reserva de Expansão	247.269,74	90.082,83
05. Resultado do Período (3+4)	33.702.503,48	27.791.255,93
06. Destinações Estatutárias e Legais	(19.030.997,77)	(15.743.689,41)
(-) FATES Resultado com Não Associados	(1.099.157,46)	(1.018.885,90)
(-) FATES 10%	(3.260.334,60)	(2.677.237,00)
(-) Reserva Legal 27%	(8.802.903,43)	(7.228.539,91)
(-) Fundo de Estabilidade Financeira - FEF 8%	(2.608.267,68)	(2.141.789,60)
(-) Reserva Fundo de Expansão 10%	(3.260.334,60)	(2.677.237,00)
07. Devolução de Reservas	16.088,87	-
(+) Fundo de Estabilidade Financeira - FEF	16.088,87	-
08. Sobras a Disposição da Assembleia Geral Ordinária - AGO (5+6+7)	14.687.594,58	12.047.566,52

20. Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	2019	2018
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	158.327,97	288.787,64
Rendas de Empréstimos	22.815.684,63	19.799.596,81
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	5.421.532,47	5.127.955,32
Rendas de Financiamentos	7.904.050,12	6.870.422,94
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	2.841.598,80	1.390.318,18
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Rec. Dir. à vista (obrigatórios)	1.051.835,50	1.474.800,93
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Rec. Dir. da Poupança Rural	511.610,53	428.550,12
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Rec. Dir. de LCA	-	113.927,34
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Rec. de Fontes Públicas	-	1.333,78
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	625.282,28	93.080,70
Rendas de Títulos de Renda Fixa	261.558,43	4.099.635,67
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	2.409.452,45	2.272.479,16
TOTAL	44.000.933,18	41.960.888,59

20.1 Dispêndios da Intermediação Financeira

Descrição	2019	2018
Despesas De Captação	(24.024.655,83)	(22.409.949,57)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(1.792.718,02)	(2.177.923,61)
Provisões para Operações de Crédito	(3.073.141,85)	(3.827.354,25)
TOTAL	(28.890.515,70)	(28.415.227,43)

21. Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2019	2018
Rendas De Cobrança	4.262.678,00	3.507.769,66
Rendas De Pacotes De Serviços - PF	4.926.299,30	4.272.862,40
Rendas De Serviços Prioritários - PF	484.575,36	434.571,74
Rendas De Serviços Diferenciados - PF	94.727,26	64.076,40
Rendas De Tarifas Bancárias - PJ	7.281.763,13	7.072.628,58
Rendas Prestação De Serviços - Comissão	2.710.571,82	1.447.507,58
Rendas Intercâmbio - Cartão De Crédito	422.380,73	306.907,13
Rendas Intercâmbio - Cartão De Débito	310.202,96	206.542,10
Rendas Recebidas Do Bancoob	91.815,97	6.469,91
Crédito Receita Sipag - Credenciamento	13.387,48	108.927,26
Comissão Cartões De Crédito	128.080,62	41.636,93
Tarifa Anuidade Cartão De Crédito	798.659,17	2.523,84
Outras Rendas Serviços - Atos Cooperativos	404.645,41	472.715,78
Rendas De Outros Serviços	1.378.862,54	1.137.749,87
TOTAL	23.308.649,75	19.082.889,18

22. Despesa de Pessoal

Descrição	2019	2018
Despesas de Honorários	(916.702,33)	(972.548,15)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(3.788.318,61)	(3.254.601,59)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(3.118.179,30)	(2.798.249,62)
Despesas de Pessoal - Proventos	(9.221.234,60)	(8.247.009,22)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(265.009,11)	(182.407,35)
Despesas de Remuneração De Estagiários	(34.184,45)	(31.404,01)
TOTAL	(17.343.628,40)	(15.486.219,94)

23. Outras Despesas Administrativas

Descrição	2019	2018
Despesas de Água Energia E Gás	(415.566,25)	(407.241,28)
Despesas de Aluguéis	(1.403.352,60)	(1.373.985,28)
Despesas de Comunicações	(539.120,88)	(500.879,21)
Despesas de Manutenção E Conservação De Bens	(379.738,09)	(287.319,36)
Despesas de Material	(196.181,15)	(190.069,61)
Despesas de Processamento De Dados	(2.369.465,81)	(1.890.363,44)
Despesas de Promoções E Relações Públicas	(1.461.523,86)	(987.727,71)
Despesas de Propaganda E Publicidade	(359.725,63)	(412.989,47)
Despesas de Publicações	(16.170,00)	(12.652,60)
Despesas de Seguros	(69.642,98)	(105.432,32)
Despesas de Serviços Do Sistema Financeiro	(3.588.841,69)	(2.782.037,20)
Despesas de Serviços De Terceiros	(628.634,29)	(987.446,27)
Despesas de Serviços De Vigilância E Segurança	(1.179.546,16)	(937.325,03)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(1.077.849,54)	(712.216,13)
Despesas de Transporte	(1.396.257,79)	(1.266.878,37)
Despesas de Viagem Ao Exterior	(131.707,48)	-
Despesas de Viagem No País	(30.554,53)	(78.130,90)
Outras Despesas Administrativas	(3.621.645,21)	(2.186.717,08)
Despesas de Amortização	(72.342,50)	(22.457,60)
Despesas de Depreciação	(1.254.398,57)	(1.033.627,23)
Despesas de Provisões Passivas	(396.862,78)	(168.613,85)
TOTAL	(20.589.127,79)	(16.344.109,94)

24. Despesas Tributárias

Descrição	2019	2018
Despesas Tributárias	(144.949,67)	(147.082,61)
Desp.de Imposto S/ Serv.De Qualquer Natureza - ISS	(116.635,82)	(121.964,67)
Despesas de Contribuição Ao COFINS	(274.294,28)	(153.270,20)
Despesas de Contribuição Ao PIS/PASEP	(125.329,17)	(98.756,25)
TOTAL	(661.208,94)	(521.073,73)

25. Outras Receitas Operacionais

Descrição	2019	2018
Recuperação De Encargos E Despesas	680.719,00	376.877,17
Ingressos De Depósitos Intercooperativos	28.746.013,24	25.505.119,47
Reversão Provisão Para Garantias Prestadas	404.316,86	73.300,33
Rendas Juros Cartão De Crédito	687.172,61	-
Rendas Multas Por Atraso - Cartão De Crédito	91.410,37	-
Dividendos	99.287,98	75.698,60
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	846.079,37	248.924,28
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	1.011.339,15	625.923,47
Deduções E Abatimentos	2.494,26	-
Distribuição De Sobras Da Central	1.164.336,87	362.802,69
Atualização Depósitos Judiciais	24.241,89	27.304,44
Rendas De Repasses Delcredere	624.792,44	516.887,84
Outras Rendas Operacionais	309.623,71	219.284,93
TOTAL	34.691.827,75	28.032.123,22

26. Outras Despesas Operacionais

Descrição	2019	2018
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	(2.917,06)	-
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(43.395,43)	-
Despesas de Recursos do PROAGRO	(1.966,69)	-
Cancelamento - Tarifas Pendentes	(946.263,02)	(766.873,11)
Descontos Concedidos - Operações De Crédito	(43.373,81)	(55.080,91)
Contrib. Ao Fundo Tecnologia Da Informação	(424.739,23)	(483.540,49)
Passivos Trabalhistas	(26.080,52)	-
Outras Contrib. Diversas (Outras Despesas Operac.)	(21.006,10)	(19.906,06)
Perdas - Fraudes Externas	(62.139,45)	(5.600,00)
Passivos Contingentes	(113.542,24)	(21.730,17)
Correspondente Bancário	(26.432,21)	(20.827,17)
Outras Despesas Operacionais	(515.579,63)	(548.056,55)
TOTAL	(2.227.435,39)	(1.921.614,46)

27. Resultado não operacional

Descrição	2019	2018
Lucro em Transações com Valores de Bens	48.719,47	52.298,70
Ganhos de Capital	316.030,37	22.553,00
Ganhos de Aluguéis	74.433,44	19.980,00
Reversão de Provisões não Operacionais	172.258,84	8.038,05
Outras Rendas não Operacionais	30,05	5.000,00
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(5.000,00)	(16.663,79)
(-) Perdas de Capital	(25.344,54)	(57.752,78)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(159.513,39)	(22.116,85)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(74.056,48)	(839,87)
Resultado Líquido	347.557,76	10.496,46

28. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas liberadas no exercício de 31/12/2019:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
Vínculo de Grupo Econômico	5.467.492,47	0,95%	23.086,15
Sem vínculo de Grupo Econômico	2.654.475,86	0,46%	2.237,75
TOTAL	8.121.968,33	1,42%	25.323,90
Montante das Operações Passivas	15.437.288,00	2,60%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2019:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Modalidade
Cheque Especial	587,06	2,93	0,04%
Conta Garantida	1.478,48	7,40	0,06%
Crédito Rural	98.069,42	490,35	0,13%
Empréstimo	2.908.805,27	14.608,07	2,22%
Financiamento	147.843,67	739,22	0,20%
Títulos Descontados	181.592,25	0,00	0,78%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Modalidade	Taxa Média - %
Depósitos à Vista	248.886,24	0,21%	-
Depósitos a Prazo	6.073.793,54	1,27%	0,34%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Desconto de Cheques	1,45%
Empréstimos	1,34%
Financiamento	1,06%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	89,24%

Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2019	
Empréstimos e Financiamentos	1,22%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,49%
Crédito Rural (modalidades)	0,02%
Aplicações Financeiras	2,60%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Conta Corrente	1.085,64
Crédito Rural	236.036,62
Empréstimo	10.653.813,27
Financiamento	528.223,81

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

2019	2018
576.001,10	589.002,92

f) No exercício de **2019** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(47.115,24)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(869.587,09)
Encargos Sociais	(245.612,05)
Plano de Saúde	(5.853,24)
Alimentação	(14.280,00)

29. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS SUL CATARINENSE - SICOOB CREDISULCA SC**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - SICOOB CENTRAL SC/RS**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL SC/RS**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles

internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB CREDISULCA SC** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL SC/RS** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

30. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

30.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é baseada nos preceitos da Resolução 4.193/2013 e mediante abordagem padronizada definida na Circular BCB nº 3.640/2013.

30.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do *VaR – Value at Risk* para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do *VaR* das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

30.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

30.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

30.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

31. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

32. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192/2013.

O **SICOOB CREDISULCA SC** adota a metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5) definido na Resolução CMN nº 4.606/2017, e o Índice de Basileia, definido na Resolução CMN nº 4.193/2013 e atualizado pela Circular BCB nº 3.678/2013, o qual permite avaliar se o montante de capital regulamentar mantido pela entidade é suficiente para fazer frente aos riscos em que ela está exposta.

O Patrimônio de Referência (PR) do **SICOOB CREDISULCA SC** encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio de referência (PR)	148.639.474,83	128.679.971,83
Índice de Basileia - IB%	32,08%	30,08%

33. Benefícios a empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade no Plano Multi Instituído, na modalidade PGBL. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são equivalentes a no máximo 3% do salário.

As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de 2019 totalizaram R\$243.467,60 (duzentos e quarenta e três mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e sessenta centavos).

Romanim Dagostin
Presidente

Nelson Gabriel
Diretor Administrativo

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Sul Catarinense – SICOOB Credisulca SC
Turvo - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Sul Catarinense – SICOOB Credisulca SC, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Sul Catarinense – SICOOB Credisulca SC em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 31 de janeiro de 2020.



SERPRO
Assinado digitalmente por:
RONALDO REIMBERG LIMA
CPF:/CNPJ 08401549841 Assinado em: 12/02/2020
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço :
<<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>>
Ronaldo Reimberg Lima
Contador – CRC 1SP215393/O-1